

Uma visão da gramática na vivência da linguagem

(A grammar view for language experience)

Maria Helena de Moura Neves¹

¹Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

mhmneves@uol.com.br

Abstract: This paper is concerned with the following question: how and why did grammar manuals start being essential to a culture? The History shows that they started in Greece in the Hellenistic period, in a moment of collapse of normative aspects of the language. The premise is that a grammar manual would not have been developed in a society in which metalinguistic awareness was absent. Besides this awareness, the language was rich enough to produce creations that remained across centuries. Such creations represent personal and reflective aspects that exist in the linguistic expression.

Keywords: Language Experience; View of Language; Grammar Manual.

Resumo: O texto reflete sobre a pergunta: Como um povo teria chegado a uma situação de cultura em que se entendesse que haveria um manual de gramática a ser preparado? A tradição nos ensina que isso se fez na Grécia, e no período helenístico, portanto em um momento de desmoronamento dos padrões da língua considerada “pura”, o que já mostra o ensejo da obra. A premissa é que, com certeza, não se teria elaborado uma gramática da língua entre um povo que não tivesse uma atividade de produção linguística a ensejar reflexão sobre a linguagem, e também que não tivesse uma vivência de linguagem rica a ponto de produzir criações que, como vemos historicamente, atravessaram séculos, representando o que de mais pessoal e reflexivo pode existir em modos de expressão linguística.

Palavras-chave: Vivência de Linguagem; Visão de Língua; Criação de Gramática.

Introdução

Considero solene esta minha intervenção. Não disfarço que constitui grande honraria, para mim, ter a palavra neste momento deste evento. Por isso, construí minha fala com o que de mais profundo encontro em mim, a motivar minhas propostas, minhas atuações, minha presença no cenário dos estudos linguísticos em meu país, hoje e sempre.

Começo com a epígrafe que usei para meu livro que fala de vivência de linguagem, uso linguístico e ensino de gramática:

Existe uma língua para ser usada de dia, debaixo da luz forte do sentido. Língua suada, ensopada de precisão. Que nós fabricamos especialmente para levar ao escritório, e usar na feira ou ao telefone, e jogar fora no bar, sabendo o estoque longe de se acabar. Língua clara e chã, ocupada com as obrigações do expediente, onde trabalha sob a pressão exata e dicionária, cumprimentando pessoas, conferindo o troco, desfazendo enganos, sendo atenciosamente sem mais para o momento.

[...]

Mas no entardecer da linguagem, por volta das quatro e meia em nossa alma, começa a surgir um veio leve de angústia. As coisas puxam uma longa sombra na memória, e a própria palavra *tarde* fica mais triste e morna, contrastando com o azul fresco e branco da

palavra *manhã*. À tarde a luz da língua migalha. E, por ser já meio escura, o mundo perde a nitidez. Calar, a tarde não se cala, mas diz menos o que veio a dizer.

[...]

Pois quando a língua em si mesma anoitece, o escuro espatifa o sentido. O sol, esfacelado, vira pó. E a linguagem se perde dos trilhos de por onde ir.

[...]

(André Laurentino, *A lua da língua*, 2007)

Da missão de falar de gramática

No trato comum com as pessoas, falar de gramática, a sério, significa ter de começar por uma explicação que diga, primeiro, do que é exatamente que se vai falar, que desmanche aquela noção de que se vai tomar uma ou outra frase e catalogar suas peças, rotulando-as segundo um paradigma frio e inerte que seja disponibilizado como fonte de termos, nada mais do que rótulos. Não é o caso de nossa plateia aqui, mas cabe insistir em uma noção de gramática como, na verdade, aquele aparato que arranja os sentidos na língua, que junta as peças num complexo multiplamente governado, e que é, portanto, o mecanismo de arranjo que nos permite, como diz o poeta, em uma determinada situação, “ensopar de precisão a nossa língua”, ou, em um determinado momento em que se puxa “uma longa sombra na memória”, “dar mais tristeza a uma palavra”. Que é, afinal, o mecanismo responsável, até, por, em determinados momentos, – novamente como diz o poeta – “perder-nos nos trilhos de por onde ir”, ou “dizemos menos o que viemos dizer”.

Lembra-me que sempre me inquietou saber por que é que, um dia, alguém criou / alguém escreveu uma gramática. A pergunta é esta: como um povo teria chegado a uma situação de cultura em que se entendesse que haveria um manual de gramática a ser preparado – e de que natureza seria essa obra. A tradição nos ensina que isso se fez na Grécia (e não no período helênico, mas no helenístico, portanto, em um momento de desmoronamento dos padrões da língua considerada a “pura”, o que já mostra o ensejo da obra).

Eu queria entender isso, e um dia preparei um projeto de pesquisa que levei ao Professor José Cavalcanti, da USP, concorrendo ao Mestrado em Letras Clássicas. Foi em 1974. Ele olhou meu projeto – que era sobre a emergência da gramática entre os gregos –, disse que estava muito bom, mas que “descambava para a Linguística”. No momento, achei que era preconceito de um literato filósofo (que, entretanto, eu sabia ser um grande sábio).

Com o tempo, aprendi toda a profundidade daquela apreciação, e cada vez mais aprendo com ela, pondo-me, sempre, por isso, numa incursão em Linguística que nunca perca de vista a vivência da linguagem e o uso linguístico, e que nunca esqueça que o poeta é, realmente, aquele que escancara o mais profundo desse jogo de criação que a gramática da língua rege e sustenta. Ou seja, querendo falar de gramática, felizmente fui aprender com um literato filósofo, que me fez estudar, na filosofia clássica, a lógica (uma disciplina teórica) – e fazendo isso com a plena consciência de que a gramática / a linguagem não é lógica. Felizmente, também com ele fui estudar a poética clássica, e, aí sim, tive a plena consciência de que a gramática / a linguagem é, sim, “poética” (“fazedora” das coisas, como nos diz o termo grego *poíesis*). Tive a plena consciência de que esse é o veio que mais nos escancara a natureza e a força da linguagem.

Por isso contei toda essa história. Assim, de lógica e de poética (ou seja, de disciplina teórica e de criação linguística) é que falaremos um pouco, aqui, falando de linguagem..., de língua... e de gramática... Começamos por aí.

De vivência da linguagem, de uso da língua, de análise linguística

Se vou, aqui, falar de “visão de gramática” na “vivência da linguagem”, vou falar de “análise metalinguística do uso linguístico”. E aí implico:

- a) a criação em si (o objeto, a partir do qual a análise determina, cria os “fatos de linguagem”);
- b) o viés teórico (aquilo que há de possibilitar essa determinação dos “fatos de linguagem” pelo analista – porque é a teoria que cria os fatos).

Ou seja, estão em questão:

- a) a vivência linguística a partir de uma tradição, de uma história (e aí vou à poesia grega fundante – lembrando a *Odisseia*, mais especialmente);
- b) a teoria de análise (e aí vou à filosofia grega fundante – lembro, por exemplo, a tensão sobre o caráter lógico, ou analógico, da linguagem, ponto fulcral na compreensão do funcionamento linguístico).

Com certeza não se teria elaborado uma gramática da língua entre um povo que não tivesse uma atividade de produção linguística a ensejar reflexão sobre a linguagem (e aí entra, nos primórdios, o testemunho da literatura). Não seria entre um povo que, especialmente, não tivesse chegado a compreender que a linguagem se distingue das coisas (e aí entra a filosofia: já a filosofia pré-socrática, assim como a de Platão e de Aristóteles, que conseguiram mostrar e demonstrar essa separação).

Voltando para antes da filosofia e insistindo: não teria havido esse tipo de aplicação do espírito humano à sua língua se não tivesse havido uma vivência de linguagem rica a ponto de produzir criações poéticas que, como vemos historicamente, atravessaram séculos – até nós – representando o que de mais pessoal e reflexivo pode existir em modos de expressão linguística.

Distinguidamente, eu chamo, pois, à cena, de nossa tradição ocidental, herdeira das reflexões gregas sobre linguagem, a vivência poética – e vou, pois, à criação literária grega nos seus primórdios. O poeta é aquele que, privilegiadamente, desconhece engessamentos e rompe limites, e por aí nos escancara o que é a linguagem, o que é a língua, afinal, o que é e o que pode a gramática: ou seja, o poeta é aquele que – em prosa ou em verso – privilegiadamente nos dá uma **visão** de língua, assentada na **vivência** da linguagem (como nos deu nosso texto de abertura). A língua de cada um – o uso da linguagem – é, em si e por si, um espaço que existe como espaço de ausência de receitas, que, se invocadas, na verdade negariam a natureza da língua como instrumento de criação da linguagem.

Assim, todos nós – mortais, sem coroa de louros que somos, não poetas – todos nós rompemos pretensas fronteiras categoriais e subcategoriais dizendo, por exemplo, “esse é o cara”, ou “essa crise vai ser marolinha”, ou “o mercado teve mais do que dor

de barriga, teve diarreia”, mas o poeta faz isso inventando mundos para os quais nos leva totalmente desarmados de códigos receituários (e de preconceitos). Quem se joga naquele universo poético que é o de uma criação literária (e não precisam ser os cipós do *Ensaio sobre a cegueira* ou do *Grande sertão veredas*), quem aí imerge estará do mesmo modo que estavam as bacantes asiáticas ao seguir seu deus Dionísio, correndo pelos montes, arrebatadas no delírio báquico do poema de Eurípides: estará indefeso, mas, acima de tudo, será legitimamente e prazerosamente participante DO RITO E DO MITO, DA PALAVRA E DO SEU SENTIDO MAIS PROFUNDO.

Hoje não vamos ao teatro com o mesmo espírito com que os gregos iam às cerimônias que constituíam a vivência dos dramas de Ésquilo, Sófocles ou Eurípides, quer dizer, como concelebrantes: vamos arrumadinhos para assistir, em uma plateia, a uma representação que se faz no palco. Ou seja, vamos com uma consciência de que recortamos campo com os atores: nós cá, como assistentes – por mais sensíveis que sejamos – e eles lá, com a sua arte (tudo com um autor / criador por trás). Também não comungamos com aedos andantes (ouvindo, ao som da cítara) narrativas de feitos que entrem em nós como a própria formação do espírito da comunidade de que somos parte, ou seja, como seria a vivência das epopeias gregas. Quer dizer, simplesmente lemos uma narrativa ficcional. E, por mais que nos empolgemos e nos envolvamos, lá está ela e cá estamos nós, de tal modo que, a qualquer momento, podemos usar um marcador de página, ir fazer qualquer coisa banal e voltar a tirar o marcador, instantes depois, ou meses depois. Mas sempre é poesia, é criação em linguagem, que recriamos em nós a cada entrega.

A mais distante poesia grega já mostra uma visão de linguagem como algo distinto das coisas – e para isso invoco a própria concepção e também as palavras da epopeia. Nada no maravilhoso da epopeia grega faz pensar que se tratava daquela concepção que conhecemos dos povos ditos primitivos (povos de pouca vivência cultuada da palavra). Nada faz pensar que se tratava daquela noção de que a linguagem é, simplesmente, mais uma coisa entre as coisas, ou seja, de que a força da palavra se confunde com a força do corpo e da natureza: por exemplo, já não há a ideia de que um ato de linguagem possa ter o mesmo efeito de um ato de besuntar a ferida com unguento ou de tocá-la com uma vara. Está na *Odisseia*, claramente, a distinção entre a força da ação e a força da palavra, e a noção de que esta – a palavra – pode sobrepujar-se àquela – a ação. O velho Nestor, por exemplo, tem distinguida a sua excelência na palavra, como sábio e seguro conselheiro que é, e Ulisses / Odisseu tem a sua excelência na palavra erigida à posição de fundamento da criação da epopeia. Ora, os que eram excelentes na ação (o guerreiro Aquiles, o rei Menelau, o chefe das tropas Agamenão), vitoriosos pelos atos guerreiros, no entanto sucumbiram, de um modo ou de outro, e mesmo os que puderam tentar a volta, após a vitória de Troia, não obtiveram reintegrar-se à sua terra, com a honra que isso traria, e que era, afinal, o desiderato da vitória: o reencontro da estirpe. Ulisses, porém – que não aparece entre os heróis guerreiros de cujos feitos fala a *Ilíada*, o poema que desnuda a guerra de Troia – esse obtém o protagonismo da epopeia de *nóstos* (de regresso) que é a *Odisseia*. Ele retorna e retoma seu estatuto de chefe em Ítaca, de esposo em seu leito (que ele construíra com suas mãos) e de elo central da estirpe: afinal, ele se reassume como filho de Laerte e como pai de Telêmaco. E isso ele obtém exatamente com astúcia, astúcia calcada especialmente na linguagem, que conduz as ações, distinguindo-se delas, entretanto, por sua natureza particular. E, na *Odisseia*, o que está é, realmente, essa força da palavra na significação da vida. Tal é a glória.

Da relação entre língua e linguagem

Já poderíamos entender, que é tal força de vida que torna esse poema do século VIII a.C., a *Odisseia*, uma verdadeira lição sobre a relação entre língua e linguagem – a mesma que está nesta crônica de Veríssimo que comento no início de minhas *Gramática de usos da língua portuguesa: lições* (NEVES, no prelo), quando apresento a noção de atividade metalinguística:

A palavra mágica

Peguei meu filho no colo (naquele tempo ainda dava), apertei-o com força e disse que só o soltaria se ele dissesse a **palavra mágica**. E ele disse:

– **Mágica**.

Foi solto em seguida. Um adulto teria procurado **outra** palavra, uma encantação que o libertasse. Ele não teve dúvida. Me entendeu mal, mas acertou. Disse o que eu pedi. [...] **Nenhuma palavra era mais mágica do que a palavra “mágica”**.

(Luis Fernando Veríssimo)¹

Pode-se dizer que, no trato com a linguagem na epopeia, aquilo que seria a palavra mágica (por exemplo um *abracadabra*) já se distinguia, visivelmente, do que seria compreendido metalinguisticamente como a palavra *mágica*, na linha do que nos apresenta Veríssimo. A própria metaforização que leva a entender o poder de encantamento da palavra (em Veríssimo como em Homero) se faz sobre a base de consideração da linguagem como algo distinto das coisas – algo que tem um poder de ação que se legitima por via de um poder que não emana diretamente do ato físico.

Resta falar da força da escrita, uma espécie de sacramentação da individualidade da linguagem, de sua força e de seu poder. Lembrei que a escrita já existia nesse século VIII a.C. de Homero (embora não vulgarizada e explorada). Bem, do que ela representa / do que poderia representar nesse contexto da consideração de um poder que é exclusivo da linguagem, também nos fala Veríssimo nesta crônica (que comento na mesma obra):

Sinais mortíferos²

A primeira referência em grego, portanto provavelmente a primeira na história da literatura ocidental, à prática de escrever está no livro 6 da *Ilíada*, e não é boa. Alguém é encarregado de levar “sinais mortíferos”, a inscrição numa lousa, a outro alguém. No tempo da *Ilíada* as histórias eram transmitidas oralmente, não havia um texto atribuível com certeza a Homero ou sequer certeza de que existia um Homero. Para o público da época, a escrita era algo remoto e misterioso, e as marcas cunhadas em pedra ou argila, como descritas na *Ilíada*, um código esotérico e certamente sinistro. As marcas aprisionavam e imobilizavam as palavras, levavam-nas para outro domínio e lhes davam outro poder, diferente do poder comum, e do sortilégio compartilhado, da palavra dita. Por isso a escrita estreou na literatura caracterizada como mortífera. Séculos depois de Homero,

¹ *O Estado de São Paulo*. 06.09.2001, p. A4.

² Diz a *Ilíada*, no Canto VI, versos 167 A 169: “(O rei Preto) não quis matar Belerofonte, por escrúpulo religioso; mas enviou-o à Lícia e deu-lhe **sinais funestos**, traçando em uma tabuleta dobrada muitos **caracteres mortais**.” (HOMERO, 1961, p. 115). Os comentadores de Homero durante muito tempo explicaram que não se tratava de escrita, até o momento em que o descobrimento das civilizações cretense, hitita, etc., provou que a escrita já era conhecida muito antes de Homero.

outro poeta, W. B. Yeats, diria que fazia seus versos de “bocados de ar” e Anthony Burgess, que usou a frase de Yeats – “a mouthful of air” - como título num livro seu sobre linguagem, escreveu que a primeira realidade da literatura é essa mesmo, um bocado de ar transformado pelos órgãos vocais, enquanto a escrita e a impressão são suas realidades secundárias. Mas é a palavra escrita que dá permanência à linguagem, mesmo ao preço de roubá-la da sua vulgaridade democrática, e quase toda a nossa experiência literária é feita dessa segunda realidade.

[...]

Com o tempo, os sinais mortíferos perderam seu estigma e se transformaram na única maneira de compartilhar do sortilégio, inclusive do Homero.

(Luis Fernando Veríssimo, 2003, p. 139-140)

De fato, no momento em que abrimos um livro, nós nos pomos no reino da palavra escrita, compartilhando desse sortilégio de que fala Veríssimo, dessa mágica de sinais gravados que une as mentes das quais saíram sinais, e outros sinais, e outros sinais, compondo o sentido de vidas... recolhendo e dando forma e sentido especial a “bocados de ar”.

Ninguém duvida de que a linguagem falada é a linguagem primeira, é a linguagem natural, que prescinde das tábuas e dos sulcos que um dia os homens inventaram para cumprir desígnios que foram sendo estabelecidos – para o bem e para o mal.

Como já mostrei (para ilustrar o fato da separação entre a linguagem e as coisas, desde então), nas sagas que cantou, Homero distinguia heróis da palavra, heróis que eram os homens de fala forte, de fala efetiva, de fala eficiente, dos heróis na ação. Assim como havia homens excelentes no combate, havia aqueles excelentes na palavra, porque, para o épico, excelente em tudo, só Zeus. E entre eles, como lembrei, Homero ressalta muito significativamente a figura do velho conselheiro Nestor, sempre à parte dos combates, mas dono de palavras sábias que dirigiram rumos das ações. E, como também já aponte, ele ressalta, entre todos – no foco da epopeia –, a figura de Odisseu / Ulisses, que nunca apareceu como herói de combate renhido, mas que foi o senhor das palavras astutas que construíram a *Odisseia* e que até hoje repercutem em nossas mentes no mundo que o poeta criou.

Hoje a força da palavra falada é a mesma, nada mudou, na história da humanidade, quanto ao exercício natural da capacidade que o homem tem de falar e quanto à destinação natural desse exercício. Mas, que diferença se construiu no evoluir de uma cultura que se pôde assentar e preservar, na construção de uma cultura letrada!

E aí entra a teoria.

De teoria da linguagem e de gramática

Nesta minha fala, na direção de ver o aparecimento da análise metalinguística nos primeiros manuais de gramática de nossa tradição, percorro, pois, um caminho que vai da criação, da pura vivência, do uso, à teoria, porque é esta que, necessariamente, há de sustentar qualquer viés da metalinguagem. E, de fato, muito antes do nascimento histórico da ciência linguística, houve uma disciplina teórica que sustentou o nascimento da gramática. Vamos, pois, àquilo que deu base à visão de fatos da linguagem na gramática incipiente, que foi a filosofia, especificamente a lógica, e especialmente a dialética. Diriam

alguns: mas uma das primeiras propostas de que nos lembraremos, na especulação filosófica, seria a defesa da analogia (ou seja, de uma base natural) como fundamento da linguagem, e essa posição não levaria a nada, porque não é exata. No entanto, até por um processo dialético, podemos encaminhar a reflexão para o fato de que essa valorização de analogia foi problematizada, na própria filosofia, por uma profunda reflexão sobre a linguagem, da qual emergiu proposição teórica de grande validade, que discutirei ao final.

Comentarei essa questão (que é já da filosofia tardia, a dos estoicos), e, a essa ligadas, mais outras duas questões fulcrais para a visão de língua e de gramática, visão de que a filosofia grega tratou, orientando um percurso que levaria a uma análise gramatical. Obviamente, não era a linguagem o foco da especulação filosófica, a busca era a da “verdade” (podendo-se lembrar que a linguagem, em si, não se compromete, de modo algum, com a verdade, pelo contrário...). Assim, partir da linguagem era, por exemplo para Platão, uma concessão, era algo indesejável mas necessário, já que absolutamente reconhecida a impossibilidade de encontrar outro meio, que não a linguagem, para acesso ao mundo das “ideias”.

Trata-se de questões teóricas, e delas falaremos (com muita brevidade) para mostrar algo da sustentação que permitiu que, um dia, alguém se sentasse a uma mesa de biblioteca para fazer a gramática de uma língua (obra cujos fundamentos perdurariam por séculos). Prova-o o fato de serem questões que também a ciência linguística instituiu como bandeiras de direcionamento das reflexões.

São estas as três questões que escolho: a proposição da arbitrariedade do signo, a problematização da referencialidade semântica e o estabelecimento de uma base para a consideração da natureza de linguagem (a questão da analogia – ou não – na linguagem).

A arbitrariedade do signo constitui um dos mais significativos pontos sobre os quais se desenvolveu a ciência linguística. Na história do tratamento dessa questão encontramos o discurso linguístico (aqui chamo as lições de Saussure) mas também, e muito significativamente, o discurso filosófico (aqui chamo o *Crátilo* de Platão bem como o *Da interpretação* de Aristóteles). Saussure chegou a uma resposta (“o signo é arbitrário”), e outros, na ciência, podem tentar (ou ter tentado) questionar essa resposta, propor (ou ter proposto) outra / outras, ou podem simplesmente concordar com ela. Platão, entretanto, já propusera a discussão sobre a relação entre o caráter natural e o caráter convencional da linguagem, mas desprezando respostas. Ora, sabemos que o diálogo platônico se estruturava exatamente pela chegada a uma aporia, ou seja, a um fim de caminho, a uma escancarada impossibilidade objetiva de obter respostas. Essa era, afinal, a maior lição da filosofia platônica. Aristóteles foi mais longe, afirmando o convencionalismo no estabelecimento dos nomes, o que podemos, sem dúvidas, ver como o correlato filosófico da proposição da arbitrariedade do signo.

Passemos à segunda questão, a da referência na linguagem, questão que também nunca está ausente nos nossos estudos linguísticos. Desde que a semântica é apresentada ao estudante, numa universidade, ele encontra uma proposição científica da ligação entre sentido e referência (para lembrar Frege, 1848-1925), entre conteúdo e expressão (para lembrar Hjelmslev, 1899-1965), com passagem pelo constructo mental, em esquemas geralmente triláteros. Sejam dois exemplos: lembrando Morris (1834-1896, século XIX), ao lado do veículo sígnico, o interpretante e o *designatum*; lembrando Peirce (1839-1914,

final do século XIX, início do XX), ao lado do *representamen* ou signo, o interpretante (a intensão de um signo) e o objeto (a extensão de um signo). Até quem tiver estudado simples generalidades da questão se lembrará do já clássico triângulo de Ogden e Richards (1956, segunda metade do século XX), a nos mostrar contrapartes dessa relação: símbolo, referente e referência (ou pensamento). Mas a verdade é que o pleno oferecimento da geometria dessas relações nos foi dado ainda muito antes, nos estoicos (séculos III-II a.C.), que já distinguiam três elementos que se ligam: “o significado, aquilo que significa e aquilo que é” (NEVES, 2005, p. 90): aquilo que significa, ou o “significante” (*semáinon*), é a voz capaz de significar, é o “dito” (*lektón*); aquilo que é “significado” (*semainómenon*) é o que é revelado pelo dito como algo “sotoposto” à nossa mente; o “objeto” (*tynkhánon*) é o que existe no exterior, fora do ato de significar. Entre os estoicos, encontrar essa verdade da linguagem foi um achado que desafiou crenças (por exemplo, a crença, primeiro aventada, de que a linguagem se rege – ou o significado se resolve – pela analogia). E esse é o nosso próximo e último ponto a tratar, aliás, ponto central.

A bem da verdade, somos obrigados a resgatar a extraordinária compreensão que se vê no tratamento que os filósofos gregos – especificamente os estoicos – deram à tensão entre anomalia e analogia, quando estabeleceram os seus “fatos de linguagem”. Com os estoicos, coroados-se todo o percurso de vivência da linguagem e o percurso de reflexão sobre a linguagem (já uma visão de língua) de que tratei no início desta fala, chega-se, exatamente, à possibilidade de uma valiosa proposição sobre a relação entre a linguagem e as coisas, sem o que não teria podido nascer uma “gramática”. Essa proposição se conduz fortemente pelo caminho da controvérsia entre analogia e anomalia, em consequência da própria base do pensamento estoico, assentado na crença do caráter natural da linguagem: para o estoicismo, tudo é *phýsis* (natureza), e, assim, também a linguagem seria *phýsis* (natural). Tal crença levaria a buscar uma analogia entre as relações (e também entre as formas) encontradas na linguagem e as existentes na natureza: necessariamente a regularidade e a semelhança dos objetos se refletiriam na regularidade e na semelhança de sua expressão. A essa busca se dedicaram os estoicos, mas, no longo espaço de tempo em que o pensamento estoico sobre a linguagem se exerceu, os próprios filósofos dessa corrente se aperceberam das tensões que complicavam a proposta: nos usos eles encontraram exatamente o contrário, e deixaram absolutamente reconhecida a noção de linguagem como altamente indeterminada. Na verdade, buscando regularidade, os estoicos encontraram – e se mostraram impressionados com – o elemento irregular na língua, com as inconsistências entre forma e significado. E disso nos deram prova quando apontaram, por exemplo, formas como: *máchomai*, “eu combato” (um verbo de forma passiva indicando atividade); ou *paidíon*, “criança” (um nome que tem forma neutra mas se refere sempre a homem ou a mulher); ou *Thébai*, “Tebas” (um nome que tem forma plural mas nomeia uma entidade única).

Fundamentados no uso, deixaram-nos eles, de uma vez por todas, a lição de que a linguagem é outra coisa que as coisas e de que, nessa singularidade, ela tira seu valor exatamente do seu caráter indeterminado, adaptável, sempre emergente, sempre!

Considerações finais

Os falantes – as pessoas comuns e os poetas – vivem a linguagem. E cada sociedade o faz a seu modo. O contexto de cultura, que deixei sem tratamento nesta fala, pelo recorte que fiz, entretanto foi lembrado quando distingi o contexto grego do contexto das sociedades

ditas primitivas, e quando me referi, de passagem, ao contexto helenístico em que surgiram as primeiras gramáticas. Agora volto a lembrar o valor do contexto de cultura pelo papel dos sofistas – os primeiros professores na arte de “falar bem” (para nossa vergonha, seja dito). Representando a negação e a morte da filosofia, entretanto os sofistas tiveram um papel que tem de ser somado (embora caminhando na direção inversa) ao dos filósofos, na história dos condicionamentos da produção dessa gramática que pautou os manuais ocidentais tradicionais. Na sua busca de ensinar a falar convincentemente em qualquer situação, os sofistas faziam mais do que negar a verdade, faziam uma abstração da verdade, no jogo da linguagem: a linguagem tem força soberana, para criar a sua verdade (um notável reforço da noção do poder singular e próprio da linguagem, desvinculado do de qualquer outra coisa). Tenho de insistir no fato de que a vivência sofística (em que se inclui uma atividade retórica importante) foi fator notável que pesou para que se chegasse à noção de que haveria de ser proposto algo que constituísse um regramento do uso da linguagem, ou seja, de que deveriam ser produzidas obras sobre a gramática da língua, nos moldes em que foram produzidas. Como? De uma maneira muito distante do que representavam as preocupações filosóficas de busca da verdade (em qualquer das correntes), e já muito próxima das necessidades do momento helenístico em que elas, realmente, se produziram (no período alexandrino, no primeiro século antes de Cristo): exatamente quando considerada “excelsa”, a grega, começava a desaparecer.

Considere-se, pois, esse fator valiosíssimo a marcar a natureza das obras que se produziram e que refletem a visão do uso linguístico exatamente em um dos aspectos que mais constituem a mola das preocupações em todos os tempos: a eficiência comunicativa (fator social) da linguagem. Digamos, simplificando, que os sofistas – que nada têm de “pensadores” e que não se dedicaram à compreensão do funcionamento da linguagem – criaram um filão de muito boa aceitação, no lidar com a língua: eles corresponderiam aos “oportunistas” de hoje, aqueles que têm receitas prontinhas de linguagem, as quais – sabemos e lamentamos – obtêm consumo tão farto. Aliás, talvez, destes também algum dia se dirá que tiveram um papel histórico! O que buscam todos esses são sempre respostas, e respostas fáceis porque colhidas na superfície das formas, não no cerne dos fatos de linguagem. Caminho que – temos de registrar! – o culto da linguagem não merece!

Ora, o cientista busca respostas, o pensador nem sempre, e o poeta nunca. Cientista e pensador aplicam a mente a dados, com uma determinada visão e com algum fim. A filosofia clássica, por exemplo, é eminentemente teleológica, o que não significa que ela esteja em busca de respostas. Pelo contrário, ela vai em busca de fins, não de soluções. Assim, ambos, cientista e filósofo, discutiram questões de linguagem com um fim em vista, e puderem fazê-lo porque criaram “dados” da língua a partir da linguagem / e seus vieses teóricos. E, se chegaram, como se viu (embora de maneiras muito diferentes), às mesmas questões, é porque, permanentemente, está a vivência da linguagem a comandar pensamento e ação, criação e fabulação.

Assim se constrói o conhecimento – pedra sobre pedra, e com argamassa.

E aqui termino: a pedra é rocha, é segura, hoje ou há milhares de anos, a argamassa não é (ou pode faltar argamassa!). E se os princípios são imutáveis, e sempre idênticos, a descoberta e a posse deles se alteram – e criam a história. E é aí que se abebera a nossa mente. Ou seja: Assim caminha a humanidade, exatamente com muita história e pouca geografia, ou seja, mais com as cabeças do que com os pés!...

E eu só disse tudo o que disse porque me senti à vontade diante deste auditório, aqui, de cabeças pensantes, especialmente de muitas jovens cabeças pensantes...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HOMERO. *Iliada*. Tradução de O. M. Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- _____. *Odisseia*. Tradução de A. P. de Carvalho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- LAURENTINO, A. A lua da língua. In: CAMPOS, C. L.; SILVA, N. J. (Orgs.). *Lições de GRAMÁTICA para quem gosta de LITERATURA*. São Paulo: Panda Books, 2007. p. 96-98.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- _____. *Gramática de usos da língua portuguesa: lições*. São Paulo: Contexto, no prelo.
- VERÍSSIMO, L. F. A palavra mágica. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 set. de 2001, p. A4.
- _____. Sinais mortíferos. In: *Banquete com os deuses: cinema, literatura, música e outras artes*. São Paulo: Objetiva, 2003.